

P.R.I.  
Cumpra-se.  
Fortaleza, 13 de fevereiro de 2017.

Ann Celly Sampaio  
Promotora de Justiça  
Secretária Executiva

#### EXTRATO

PROCESSO: 238/2017-8. ESPÉCIE: 1º ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 57/2016. PARTÍCIPES: Ministério Público do Estado do Ceará, por intermédio da Procuradoria Geral de Justiça do Estado Ceará, e o Município de ACARAÚ. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: 1.1 – a Cláusula 1.1 do Convênio nº 57/2016 passa a vigorar acrescido do seguinte subitem: 1.1.1 Observada a necessidade do serviço, os servidores cedidos pelo Município de Acaraú poderão ser designados para prestar serviço em qualquer unidade administrativa ou órgão de execução do Ministério Público do Estado do Ceará. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA: 2.1 – A vigência deste aditivo será vinculada à vigência do Convênio nº 57/2016. DATA DA ASSINATURA: 12/01/2017. SIGNATÁRIOS: Plácido Barroso Rios, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará; Alexandre Ferreira Gomes Silveira, Prefeito Municipal de Acaraú.

Fonte: ASPLAN/PGJ

#### EXTRATO

PROCESSO: 2556/2017-1. ESPÉCIE: RESCISÃO REF.: ao convênio nº 15/2015. PARTÍCIPES: Ministério Público do Estado do Ceará, por intermédio da Procuradoria Geral de Justiça do Estado Ceará e a Câmara Municipal de Sobral. OBJETO: rescinde, de pleno direito, o Convênio nº 15/2015, com base em sua Cláusula Oitava, extinguindo os efeitos do ajuste a partir da ciência desta rescisão pela Câmara Municipal de Sobral. DATA DA ASSINATURA: 06 de fevereiro de 2017. SIGNATÁRIO: Plácido Barroso Rios, Procurador-Geral de Justiça do Estado do Ceará

Fonte: ASPLAN/PGJ

## DEFENSORIA PÚBLICA

PORTARIA Nº 139/2017

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.  
(REF. VIPROC Nº 17015182-4)

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994, o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997 e o disposto no art. 8º, inciso XVIII da Resolução nº 72/2013;

Considerando o Edital GT -nº 06/2016 – DPGE, de 21.07.2016,

Considerando o disposto no art. 56, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar as Defensoras relacionadas no Anexo Único desta portaria para atuar no Grupo de Trabalho criado pelo Edital GT- Nº 06/2016, realizando inspeção no Hospital Regional do Cariri, no dia 10 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Para a designação acima mencionada serão concedidas 01 (uma) diária e 01 (uma) ajuda de custo.

Art. 3º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 31 de janeiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará  
DPGE-CE

#### ANEXO ÚNICO DA PORTARIA 139/2017

DEFENSOR PÚBLICO	MATRÍCULA
Silvana Matos Feitoza	301.212-1-X
Lara Teles Fernandes	300.363-1-X

PORTARIA Nº 307/2017

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora ALINE SOLANO FEITOSA DE CARVALHO, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Final, matrícula nº 301.075-1-

9, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Itaitinga-CE, nos dias 10, 17, 23 e 30 de janeiro de 2017, a fim de atuar na Casa de Privação Provisória de Liberdade - CPPL- II, concedendo-lhe 01 (uma) diária, no valor de R\$ 216,70 (duzentos e dezesseis reais e setenta centavos) e quatro ajudas de custo no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), totalizando R\$ 1.083,50 (Hum mil e oitenta e três reais e cinquenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, Art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar nº 171/2016, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 09 de janeiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO  
Registre-se e publique-se.

#### **PORTARIA Nº 310/2017**

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o Servidor DELANO CÂNCIO BRANDÃO ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Final, matrícula nº 301.077-1-3, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Itaitinga-CE, nos dias 10, 17, 24 e 31 de janeiro de 2017, a fim de atuar no Presídio Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa, concedendo-lhe 01 (uma) diária, no valor de R\$ 216,70 (duzentos e dezesseis reais e setenta centavos) e quatro ajudas de custo no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), totalizando R\$ 1.083,50 (Hum mil e oitenta e três reais e cinquenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, Art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar nº 171/2016, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 10 de janeiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO  
Registre-se e publique-se.

#### **PORTARIA Nº 302/2017**

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor JÚLIO CÉSAR BARROSO SOBREIRA, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Intermediária, matrícula de nº 301.126-1-X, desta Defensoria Pública, a deslocar-se às cidades de Itaitinga e Pacatuba - CE, nos dias 09, 16, 23 e 30 de janeiro de 2017, a fim de atuar na Casa de Privação Provisória de Liberdade - CPPL II e no IPFHVA, concedendo-lhe 01 (uma) diária, no valor de R\$ 216,70 (duzentos e dezesseis reais e setenta centavos) e quatro ajudas de custo no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), totalizando R\$ 1.083,50 (Hum mil e oitenta e três reais e cinquenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, Art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar nº 171/2016, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 09 de janeiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO  
Registre-se e publique-se.

#### **PORTARIA Nº 300/2017**

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora MARIA NOÊMIA PEREIRA LANDIM, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Final, matrícula nº 301.011-1-1, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Itaitinga-CE, nos dias 10, 17, 24 e 31 de janeiro de 2017, a fim de atuar na Casa de Privação Provisória de Liberdade - CPPL IV, concedendo-lhe 01 (uma) diária, no valor de R\$ 216,70 (Duzentos e dezesseis reais e setenta centavos) e quatro ajudas de custo no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), totalizando R\$ 1.083,5 (Hum mil e oitenta e três reais e cinquenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, Art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar nº 171/2016, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 09 de janeiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO  
Registre-se e publique-se.

#### **PORTARIA Nº 309/2017**

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora MARTA MARIA GADELHA MONTEIRO, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Final, matrícula de nº 301.108-1-1, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Itaitinga - CE, nos dias 10, 17, 24 e 31 de janeiro de 2017, a fim de atuar no Centro de Execução Penal e Integração Social (CEPIS), concedendo-lhe 01 (uma) diária, no valor de R\$ 216,70 (duzentos e dezesseis reais e setenta centavos) e quatro ajudas de custo no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), totalizando R\$ 1.083,50 (Hum mil e oitenta e três reais e cinquenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, Art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar nº 171/2016, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da

Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.  
DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 09 de janeiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO  
Registre-se e publique-se.

**PORTARIA Nº 308/2017**

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora CÉLIA DAMASCENO FARIAS AGUIAR, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Final, matrícula nº 301.083-1-0, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Itaitinga - CE, nos dias 10, 17, 24 e 31 de janeiro de 2017, a fim de atuar na Unidade Prisional Jucá Neto - CPPL III, concedendo-lhe 01 (uma) diária, no valor de R\$ 216,70 (duzentos e dezesseis reais e setenta centavos) e quatro ajudas de custo no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), totalizando R\$ 1.083,50 (Hum mil e oitenta e três reais e cinquenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, Art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar nº 171/2016, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 09 de janeiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO  
Registre-se e publique-se.

**PORTARIA Nº 301/2017**

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor JOSÉ ROBERTO DA ROCHA, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Intermediária, matrícula nº 301.216-1-9, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Itaitinga - CE, nos dias 19, 24 e 31 de janeiro de 2017, a fim de atuar na Casa de Privação Provisória de Liberdade - CPPL IV, concedendo-lhe 03 (três) ajudas de custo no valor de R\$ 650,10 (Seiscentos e cinquenta reais e dez centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, Art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar nº 171/2016, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 18 de janeiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO  
Registre-se e publique-se.

**PORTARIA Nº 305/2017**

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor RAIMUNDO DERVAL COSTA FILHO, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Intermediária, matrícula nº 301.163-1-3, desta Defensoria, a deslocar-se à cidade de Caucaia - CE, nos dias 12, 19 e 26 de janeiro de 2017, a fim de atuar na Unidade Prisional Desembargador Francisco Adalberto de Oliveira Barros Leal, concedendo-lhe 01 (uma) diária, no valor de R\$ 216,70 (duzentos e dezesseis reais e setenta centavos) e três ajudas de custo no valor de R\$ 650,10 (Seiscentos e cinquenta reais e dez centavos), totalizando R\$ 866,80 (oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, Art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar nº 171/2016, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 11 de janeiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO  
Registre-se e publique-se.

**PORTARIA Nº 313/2017**

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor HUMBERTO HEITOR RIBEIRO, ocupante do cargo de Defensor Público de 2º Grau, matrícula nº 003.015-1-5, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Itaitinga-CE, nos dias 09, 16, 23 e 30 de janeiro de 2017, a fim de atuar no IPPOO-II, na referida cidade, concedendo-lhe (04) quatro ajudas de custo no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, Art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar nº 171/2016, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 09 de janeiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO  
Registre-se e publique-se.

**PORTARIA Nº 311/2017**

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o Servidor

DELANO BENEVIDES DE MEDEIROS FILHO ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Intermediária, matrícula nº 301.164-1-0, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Itaitinga - CE, nos dias 12, 19 e 26 de janeiro de 2017, a fim de atuar na Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Jucá Neto, concedendo-lhe 01 (uma) diária, no valor de R\$ 216,70 (duzentos e dezesseis reais e setenta centavos) e três ajudas de custo no valor de R\$ 650,10 (seiscentos e cinquenta reais e dez centavos), totalizando R\$ 866,80 (oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, Art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar nº 171/2016, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 11 de janeiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO  
Registre-se e publique-se.

#### PORTARIA Nº 306/2017

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor EMERSON CASTELO BRANCO MENDES, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Final, matrícula nº 301.026-1-4, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Itaitinga - CE, nos dias 09, 16, 23 e 30 de janeiro de 2017, a fim de atuar na Casa de Privação Provisória Agente Penitenciário Luciano Andrade de Lima - CPPL I, concedendo-lhe 01 (uma) diária, no valor de R\$ 216,70 (duzentos e dezesseis reais e setenta centavos) e quatro ajudas de custo no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), totalizando R\$ 1.083,50 (Hum mil e oitenta e três reais e cinquenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, Art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar nº 171/2016, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 09 de janeiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO  
Registre-se e publique-se.

#### PORTARIA Nº 304/2017

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora MARIA REGINA DE PONTES ARAÚJO, ocupante do cargo de Defensor Público de 2º Grau, matrícula nº 083.484-1-3, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Itaitinga-CE, nos dias 10, 17, 24 e 31 de janeiro de 2017, a fim de atuar no Instituto Psiquiátrico Governador Stênio Gomes - IPGSG, concedendo-lhe 01 (uma) diária, no valor de R\$ 216,70 (Duzentos e dezesseis reais e setenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, Art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar nº 171/2016, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 09 de janeiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO  
Registre-se e publique-se.

#### PORTARIA Nº 303/2017

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora DÓRIS RACHEL DA SILVA JULIÃO, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Intermediária, matrícula de nº 301.173-1-X, desta Defensoria Pública, a viajar à cidade de Caucaia - CE, nos dias 13, 17, 24 e 30 de janeiro de 2017, a fim de atuar na Casa de Privação Provisória de Liberdade - CPPL, concedendo-lhe 04 (quatro) ajudas de custo no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, Art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar nº 171/2016, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 13 de janeiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO  
Registre-se e publique-se.

#### PORTARIA Nº 225/2017

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor ALISSON DAHER BARBOSA, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Inicial, matrícula nº 301.247-1-5, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Fortaleza, vindo da comarca de Caucaia - CE, nos dias 13, 20 e 27 de janeiro de 2017, a fim de atuar como Auxiliar do CDC em atividades extraordinárias, concedendo-lhe 03 (três) diárias no valor de R\$ 617,61 (Seiscentos e dezessete reais e sessenta e um centavos), e três ajudas de custo no valor de R\$ 617,61 (Seiscentos e dezessete reais e sessenta e um centavos), totalizando R\$ 1.235,22 (Hum mil, duzentos e trinta e cinco reais e vinte e dois centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 12 de janeiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO  
Registre-se e publique-se.

**PORTARIA Nº 363/2017**

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR as servidoras relacionadas no anexo único desta Portaria, a deslocar-se à cidade de Juazeiro do Norte - CE, para atuar no Grupo de Trabalho, a fim de realizar inspeção no Hospital Regional do Cariri, concedendo-lhes diária e ajuda de custo, de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 09 de fevereiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO  
Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA N.º 363/2017, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO	DIÁRIAS				
			QUANT.	VALOR	QUANT.	AJ. CUSTO	TOTAL
SILVANA MATOS FEITOZA	DEFENSOR PÚBLICO DE ENTRÂNCIA FINAL	10/02/2017	1	216,70	1	216,70	433,40
LARA TELES FERNANDES	DEFENSOR PÚBLICO DE ENTRÂNCIA INICIAL	10/02/2017	1	205,87	1	205,87	411,74
TOTAL							845,14

**PORTARIA Nº 221/2017**

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora ANA PAULA ROCHA ASFOR, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Inicial, matrícula nº 300.329-1-8, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Fortaleza, vindo da comarca de Itaitinga-CE, nos dias 24 e 31 de janeiro de 2017, a fim de atuar como Auxiliar do CDC em atividades extraordinárias, concedendo-lhe 02 (duas) diárias, no valor unitário de R\$ 411,74 (Quatrocentos e onze reais e setenta e quatro centavos), e duas ajudas de custo no valor de R\$ 411,74 (Quatrocentos e onze reais e setenta e quatro centavos), totalizando R\$ 823,48 (Oitocentos e vinte e três reais e quarenta e oito centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 23 de janeiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO  
Registre-se e publique-se. □

**PORTARIA Nº 312/2017**

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora ALINE LIMA DE PAULA MIRANDA, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Final, matrícula de nº 301.049-1-9, desta DEFENSORIA, a deslocar-se à cidade de Itaitinga e Aquiraz - CE, nos dias 17, 19, 24 e 26 de janeiro de 2017, a fim de atuar na CPPL IV, na Unidade Prisional Irmã Imelda e no Centro de Execução Penal e Integração Social (CEPIS), concedendo-lhe (04) quatro ajudas de custo no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, Art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar nº 171/2016, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 17 de janeiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO  
Registre-se e publique-se.

**PORTARIA Nº 222/2017**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora FABIANA MARIA DIAS DIÓGENES, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Inicial, matrícula nº 300.327-1-3, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Fortaleza, vindo da comarca de Maranguape - CE, nos dias 26 e 30 de janeiro de 2017, a fim de atuar como Auxiliar do CDC em atividades extraordinárias, concedendo-lhe 02 (duas) diárias, no valor de R\$ 411,74 (Quatrocentos e onze reais e setenta e quatro centavos), e duas ajudas de custo no valor de R\$ 411,74 (Quatrocentos e onze reais e setenta e quatro centavos), totalizando R\$ 823,48 (Oitocentos e vinte e três reais e quarenta e oito centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo

a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 23 de janeiro de 2017.  
Elizabeth das Chagas Sousa  
DEFENSORA PÚBLICA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA  
Registre-se e publique-se.

PORTARIA Nº 207/2017

A SECRETÁRIA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor PAULO WENDEL CARNEIRO BEZERRA, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Inicial, matrícula nº 300.349-1-0, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Juazeiro do Norte - CE, nos dias 23, 25 e 30 de janeiro de 2017, a fim de atuar na comarca local, concedendo-lhe 03 (três) ajudas de custo no valor R\$ 617,61 (Seiscentos e dezessete reais e sessenta e um centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual n.º 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 23 de janeiro de 2017.

Elizabeth das Chagas Sousa  
DEFENSORA PÚBLICA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA

Registre-se e publique-se.

PORTARIA Nº 224/2017

A SECRETÁRIA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora FLÁVIA MARIA DE ANDRADE LIMA, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância intermediária, matrícula nº 301.206-1-2, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Baturité-CE, no dia 25 de janeiro de 2017, a fim de atuar na 2ª Defensoria da comarca local, concedendo-lhe 01 (uma) diária, no valor de R\$ 216,70 (Duzentos e dezesseis reais e setenta centavos) e uma ajuda de custo no valor de R\$ 216,70 (Duzentos e dezesseis reais e setenta centavos), totalizando R\$ 433,40 (Quatrocentos e trinta e três reais e quarenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual n.º 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 23 de janeiro de 2017.

Elizabeth das Chagas Sousa  
DEFENSORA PÚBLICA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA  
Registre-se e publique-se.

PORTARIA Nº 210/2017

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor BRUNO GONÇALVES NEVES, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Final, matrícula nº 301.121-1-3, desta Defensoria Pública, a viajar à cidade de Sobral-CE, nos dias 03, 10, 17 e 24 de fevereiro de 2017, a fim de atuar na Defensoria de Família e Sucessões da Comarca local, concedendo-lhe 04 (quatro) diárias, no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos) e 04 (quatro) ajudas de custo no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), totalizando R\$ 1.733,60 (Hum mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual n.º 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 31 de janeiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

Registre-se e publique-se.

PORTARIA Nº 208/2017

A SECRETÁRIA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor EDUARDO BRUNO DE FIGUEIREDO CARNEIRO, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Inicial, matrícula nº 300.582-1-6, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Tabuleiro do Norte - CE, nos dias 01, 08, 15 e 22 de fevereiro de 2017, a fim de atuar na 1ª Defensoria da comarca local, concedendo-lhe 04 (quatro) diárias, no valor de R\$ 823,48 (Oitocentos e vinte e três reais e quarenta e oito centavos), e 04 (quatro) ajudas de custo no valor R\$ 823,48 (Oitocentos e vinte e três e quarenta e oito centavos), totalizando R\$ 1.646,96 (Hum mil, seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e seis centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual n.º 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 31 de janeiro de 2017.

Elizabeth das Chagas Sousa  
DEFENSORA PÚBLICA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA

Registre-se e publique-se.

**PORTARIA Nº 218/2017**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor MARCELINO JOSÉ PIANCÓ DA SILVA, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Final, matrícula nº 301.210-1-5, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Caririçu - CE, nos dias 03, 06, 17 e 24 de fevereiro de 2017, a fim de atuar na 1ª Defensoria da comarca local, concedendo-lhe 04 (quatro) diárias, no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos) e quatro ajudas de custo no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), totalizando R\$ 1.733,60 (Hum mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual n.º 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 01 de fevereiro de 2017.  
Elizabeth das Chagas Sousa  
DEFENSORA PÚBLICA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA  
Registre-se e publique-se.

**PORTARIA Nº 130/2017**

O SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no § 1º do Art. 145, da Lei Complementar Federal nº 80, de 12 de janeiro de 1994, bem como nos termos do que dispõe o Decreto de nº 30.898, de 20 de abril de 2012, Resolve PRORROGAR por 01 (um) ano a concessão de BOLSA ESTÁGIO, concernente ao curso de Direito, para atuação na Defensoria Pública Geral, dos estagiários relacionados no anexo único desta Portaria, de acordo com o Art. 10, do Decreto supracitado, a partir de 01 de março de 2017.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 31 de janeiro de 2017.

Leonardo Antônio de Moura Júnior  
SUBDEFENSOR PÚBLICO GERAL DO ESTADO

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº 130/2017 DE 31 DE JANEIRO DE 2017.

N.º	NOME	ÁREA
01	ALISSON RUBENS CASTRO MONTEIRO	DIREITO
02	ANA KATHERINY DE MATOS MOURÃO	DIREITO
03	ANA PAULA DE LIMA PEREIRA SILVA	DIREITO
04	ANTONIA LEILA DE SOUZA	DIREITO
05	BEATRIZ CIRÍACO SABÓIA	DIREITO
06	CAMILA MEDEIROS RÊGO	DIREITO
07	CARLOS EDUARDO PAIVA CARVALHO	DIREITO
08	CÍCERO HÉLIO LOBO CASSIANO	DIREITO
09	CLEMIA MARCELINO DA SILVA	DIREITO
10	FRANCISCO RODOLFO BARBOSA FEITOSA	DIREITO
11	GABRIELA MARTINS DA COSTA	DIREITO
12	INGRYD MESQUITA ALVES FERREIRA	DIREITO
13	JAMES VIANA QUEIROZ	DIREITO
14	JÉSSICA GOMES REBOUÇAS	DIREITO
15	JONÉLIO MACHADO DE OLIVEIRA	DIREITO
16	JOSÉ DÁRIO DE CARVALHO NETO	DIREITO
17	JÚLIO CÉSAR SANTANA SANTOS	DIREITO
18	KATYUZE DE CASTRO PEIXOTO	DIREITO

N.º	NOME	ÁREA
19	LORENA ANDRÉ DA SILVA	DIREITO
20	LUIZ GUILHERME BRASIL PONTES	DIREITO
21	MARIA DO CARMO SISNANDO DE SALES	DIREITO
22	MARIA THERESA NARCISO LOPES	DIREITO
23	PAULO HENRIQUE GONÇALVES LIMA	DIREITO
24	PEDRO JORGE MELO DE NORÕES RAMOS	DIREITO
25	RACHEL SILVA DOS SANTOS	DIREITO
26	SAMUEL RIPARDO FERREIRA	DIREITO

**PORTARIA Nº 219/2017**

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor TIAGO ARAÚJO FILGUEIRAS, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Final, matrícula nº 301.020-1-0, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Caucaia-CE, nos dias 01, 08, 15 e 22 de fevereiro de 2017, a fim de atuar na 3ª Defensoria Cível da comarca local, concedendo-lhe 04 (quatro) diárias, no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos) e quatro ajudas de custo no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), totalizando R\$ 1.733,60 (Hum mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 31 de janeiro de 2017.  
Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO  
Registre-se e publique-se.

**PORTARIA Nº 217/2017**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor ALAN JOSÉ COUTO DE MORAIS, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Intermediária, matrícula nº 301.298-1-4, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Jaguaruana - CE, nos dias 03, 07, 14 e 21 de fevereiro de 2017, a fim de atuar na 1ª Defensoria da comarca local, concedendo-lhe 04 (quatro) diárias, no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos) e quatro ajudas de custo no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), totalizando R\$ 1.733,60 (Hum mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 02 de fevereiro de 2017.  
Elizabeth das Chagas Sousa  
DEFENSORA PÚBLICA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA  
Registre-se e publique-se.

**PORTARIA Nº 216/2016**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor CÉLIO JOSÉ SARAIVA, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Final, matrícula nº 103.192-1-8, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Aurora - CE, nos dias 09, 16 e 23 de fevereiro de 2017, a fim de atuar na comarca local, concedendo-lhe 03 (três) diárias, no valor de R\$ 650,10 (Seiscentos e cinquenta reais e dez centavos) e três ajudas de custo no valor de R\$ 650,10 (Seiscentos e cinquenta reais e dez centavos), totalizando R\$ 1.300,20 (Hum mil, trezentos reais e vinte centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 07 de fevereiro de 2017.  
Elizabeth das Chagas Sousa  
DEFENSORA PÚBLICA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA  
Registre-se e publique-se.

**PORTARIA Nº 214/2017**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor ALDERI FURTADO LOPES, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Final, matrícula nº 106.558-1-1, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Croatá-CE, nos dias 01, 06, 13 e 20 de fevereiro de 2017, a fim de atuar na comarca do referido



município, concedendo-lhe 04 (quatro) diárias, no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos) e quatro ajudas de custo no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), totalizando R\$ 1.733,60 (Hum mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual n.º 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 31 de janeiro de 2017.

Elizabeth das Chagas Sousa  
DEFENSORA PÚBLICA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA  
Registre-se e publique-se.

#### **PORTARIA Nº 229/2017**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor RAPHAEL ESTRELA DE CASTRO ALVES, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Intermediária, matrícula nº 301.301-1-1, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Limoeiro do Norte - CE, nos dias 01, 08, 15 e 22 de fevereiro de 2017, a fim de atuar na 1ª Defensoria da comarca local, concedendo-lhe 04 (quatro) diárias, no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos) e quatro ajudas de custo no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), totalizando R\$ 1.733,60 (Hum mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual n.º 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 31 de janeiro de 2017.

Elizabeth das Chagas Sousa  
DEFENSORA PÚBLICA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA  
Registre-se e publique-se.

#### **PORTARIA Nº 229/2017**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor RAPHAEL ESTRELA DE CASTRO ALVES, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Intermediária, matrícula nº 301.301-1-1, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Limoeiro do Norte - CE, nos dias 01, 08, 15 e 22 de fevereiro de 2017, a fim de atuar na 1ª Defensoria da comarca local, concedendo-lhe 04 (quatro) diárias, no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos) e quatro ajudas de custo no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), totalizando R\$ 1.733,60 (Hum mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual n.º 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 31 de janeiro de 2017.

Elizabeth das Chagas Sousa  
DEFENSORA PÚBLICA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA  
Registre-se e publique-se.

#### **PORTARIA Nº 215/2017**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora NADINNE SALES CALLOU ESMERALDO PAES, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Final, matrícula de nº 301.162-1-6, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Missão Velha -CE, nos dias 01, 08, 15 e 22 de fevereiro de 2017, a fim de atuar na comarca local, concedendo-lhe 04 (quatro) diárias, no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos) e quatro ajudas de custo no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), totalizando R\$ 1.733,60 (Hum mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual n.º 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 31 de janeiro de 2017.

Elizabeth das Chagas Sousa  
DEFENSORA PÚBLICA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA  
Registre-se e publique-se.

#### **PORTARIA Nº 232/2017**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o Servidor PAULO CÉSAR OLIVEIRA DO CARMO, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Inicial, matrícula nº 300580.-1-1, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Iguatu - CE, nos dias 01, 08, 13 e 20 de fevereiro de 2017, a fim de atuar na 1ª Defensoria da comarca local, concedendo-lhe 04 (quatro) diárias, no valor de R\$ 823,48 (Oitocentos e vinte e três reais e quarenta e oito centavos), e quatro ajudas de custo no valor de R\$ 823,48 (Oitocentos e vinte e três reais e quarenta e oito centavos), totalizando R\$ 1.646,96 (Hum mil, seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e seis centavos), de acordo com o § 2º, do

Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 31 de janeiro de 2017.  
Elizabeth das Chagas Sousa  
DEFENSORA PÚBLICA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA  
Registre-se e publique-se.

#### **PORTARIA Nº 329/2017**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor DANIEL MONTEIRO MENDES, ocupante do cargo de Defensor Público Substituto, matrícula nº 301.113-1-1, desta Defensoria, a deslocar-se à cidade de Curitiba - PR, nos dias 09 a 10 de fevereiro de 2017, a fim de participar da Reunião da Comissão Especial para Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher - CONDEGE, concedendo-lhe 1 (uma) diária e meia, no valor de R\$ 249,74 (duzentos e quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos), acrescidos de 40%, no valor total de R\$ 99,89 (noventa e nove reais e oitenta e nove centavos), mais uma ajuda de custo no valor de R\$ 166,49 (cento e sessenta e seis reais e quarenta e nove centavos), totalizando no valor de R\$ 516,12 (quinhentos e dezesseis reais e doze centavos) e passagens aéreas, para o trecho Fortaleza/Curitiba/Fortaleza, no valor de R\$ 1.925,68 (hum mil, novecentos e vinte e cinco reais e sessenta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 2.441,80 (dois mil, quatrocentos e quarenta e um reais e oitenta centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea "b", § 1º e 3º do artigo 4º; art. 5º e seu § 1º; arts. 6º, 8º e 10, classe IV do anexo I do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 10 de fevereiro de 2017.  
Elizabeth das Chagas Sousa  
DEFENSORA PÚBLICA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA  
Registre-se e publique-se.

#### **PORTARIA Nº 342/2017**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora ROBERTA MADEIRA QUARANTA, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Final, com cargo em comissão de Simbologia DNS-2, matrícula nº 301.032-1-1, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Brasília - DF, no dia 10 de fevereiro de 2017, a fim de participar da Reunião da Comissão Especializada de Escolas Superiores e Centro de Estudos das Defensorias Públicas - CONDEGE, concedendo-lhe ½ (meia) diária, no valor de R\$ 94,63 (noventa e quatro reais e sessenta e três centavos), acrescidos de 60%, no valor de R\$ 56,78 (cinquenta e seis reais e setenta e oito centavos), mais uma ajuda de custo no valor total de R\$ 189,25 (Cento e oitenta e nove reais e vinte e cinco centavos), e passagens aéreas, para o trecho Fortaleza/Brasília/Fortaleza, no valor de R\$ 1.154,18 (Hum mil, cento e cinquenta e quatro reais e dezoito centavos), perfazendo um total de R\$ 1.494,83 (Hum mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e oitenta e três centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea "a", § 1º e 3º do artigo 4º; art. 5º e seu § 1º; arts. 6º, 8º e 10, classe III do anexo I do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 10 de fevereiro de 2017.  
Elizabeth das Chagas Sousa  
DEFENSORA PÚBLICA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA  
Registre-se e publique-se.

#### **PORTARIA Nº 226/2017**

A DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor MARCELO MARQUES MOREIRA, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Final, matrícula nº 301.286-1-3, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Fortaleza, vindo da comarca de Caucaia-CE, nos dias 08, 15 e 22 de fevereiro de 2017, a fim de atuar como Auxiliar do CDC em atividades extraordinárias, concedendo-lhe 03 (três) diárias, no valor de R\$ 650,10 (Seiscentos e cinquenta reais e dez centavos) e três ajudas de custo no valor de R\$ 650,10 (Seiscentos e cinquenta reais e dez centavos), totalizando R\$ 1.300,20 (Hum mil, trezentos reais e vinte centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 07 de fevereiro de 2017.  
Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO  
Registre-se e publique-se.

#### **PORTARIA Nº 327/2017**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora ANA PAULA ROCHA ASFOR, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Inicial, matrícula nº 300.329-1-8, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Fortaleza, vindo da comarca de Itaitinga - CE, nos dias 08, 15 e 22 de fevereiro de 2017, a fim de

atuar como Auxiliar do CDC em atividades extraordinárias, concedendo-lhe 03 (três) diárias, no valor de R\$ 617,61 (Seiscentos e dezessete reais e sessenta e um centavos), e três ajudas de custo no valor de R\$ 617,61 (Seiscentos e dezessete reais e sessenta e um centavos), totalizando R\$ 1.235,22 (Hum mil, duzentos e trinta e cinco reais e vinte e dois centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 07 de fevereiro de 2017.

Elizabeth das Chagas Sousa  
DEFENSORA PÚBLICA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA  
Registre-se e publique-se.

#### **PORTARIA Nº 212/2017**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor RAFAEL PIAIA, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Inicial, matrícula nº 300.601-1-3, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Chaval-CE, nos dias 02, 07, 14 e 21 de fevereiro de 2017, a fim de atuar na Comarca local, concedendo-lhe 04 (quatro) diárias, no valor de R\$ 823,48 (Oitocentos e vinte e três reais e quarenta e oito centavos), e quatro ajudas de custo no valor de R\$ 823,48 (Oitocentos e vinte e três reais e quarenta e oito centavos), totalizando R\$ 1.646,96 (Hum mil, seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e seis centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 01 de fevereiro de 2017.

Elizabeth das Chagas Sousa  
DEFENSORA PÚBLICA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA  
Registre-se e publique-se.

#### **PORTARIA Nº 209/2017**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor EMANUEL JORGE DE MORAIS SANTANA, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Intermediária, matrícula nº 301.296-1-X, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Jardim - CE, nos dias 02, 10, 17 e 23 de fevereiro de 2017, a fim de atuar na 1ª Defensoria da comarca local, concedendo-lhe 04 (quatro) diárias, no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos) e quatro ajudas de custo no valor de R\$ 866,80 (Oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos), totalizando R\$ 1.733,60 (Hum mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 01 de fevereiro de 2017.

Elizabeth das Chagas Sousa  
DEFENSORA PÚBLICA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA  
Registre-se e publique-se.

#### **PORTARIA Nº 228/2017**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor AIRTON JORGE DE SÁ FILHO, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Inicial, matrícula nº 300.359-1-7, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Frecheirinha - CE, nos dias 09, 13 e 20 de fevereiro de 2017, a fim de atuar na comarca local, concedendo-lhe 03 (três) diárias no valor de R\$ 617,61 (Seiscentos e dezessete reais e sessenta e um centavos), e três ajudas de custo no valor de R\$ 617,61 (Seiscentos e dezessete reais e sessenta e um centavos), totalizando R\$ 1.235,22 (Hum mil, duzentos e trinta e cinco reais e vinte e dois centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual nº 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução nº 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 07 de fevereiro de 2017.

Elizabeth das Chagas Sousa  
DEFENSORA PÚBLICA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA  
Registre-se e publique-se.

#### **PORTARIA Nº 326/2017**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor ANDERSON SANTANA SEABRA, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Intermediária, matrícula nº 301.253-1-2, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Farias Brito - CE, nos dias 10, 13 e 20 de fevereiro de 2017, a fim de atuar na 1ª Defensoria da Comarca local, concedendo-lhe 03 (três) diárias, no valor de R\$ 650,10 (Seiscentos e cinquenta reais e dez centavos) e três ajudas de custo no valor de R\$ 650,10 (Seiscentos e cinquenta reais e dez centavos), totalizando R\$ 1.300,20 (Hum mil, trezentos reais e vinte centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, com nova redação

dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual n.º 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução n.º 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 09 de fevereiro de 2017.

Elizabeth das Chagas Sousa  
DEFENSORA PÚBLICA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA  
Registre-se e publique-se.

#### **PORTARIA Nº 328/2017**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora JANNAYNA LIMA SALES NOBRE, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Intermediária, matrícula n.º 301.310-1-0, desta Defensoria Pública, a deslocar-se à cidade de Barbalha - CE, nos dias 09, 16 e 23 de fevereiro de 2017, a fim de atuar na 3ª Defensoria da comarca local, concedendo-lhe 03 (três) diárias, no valor de R\$ 650,10 (Seiscentos e cinquenta reais e dez centavos), e três ajudas de custo no valor de R\$ 650,10 (Seiscentos e cinquenta reais e dez centavos), totalizando R\$ 1.300,20 (Hum mil, trezentos reais e vinte centavos), de acordo com o § 2º, do Art. 56, da Lei Complementar Estadual n.º 06/1997, com nova redação dada pelo Art. 1º, da Lei Complementar Estadual n.º 116/2012, bem como nos termos do que dispõe a Resolução n.º 79/2013 do Conselho Superior da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 08 de fevereiro de 2017.

Elizabeth das Chagas Sousa  
DEFENSORA PÚBLICA  
SECRETÁRIA EXECUTIVA  
Registre-se e publique-se.

#### **PORTARIA Nº 233/2017**

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.  
(REF. VIPROC Nº 17009467-7)

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar n.º. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual n.º. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar Estadual n.º 171, de 29 de dezembro de 2016;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

Art. 1º Designar Emerson Castelo Branco Mendes, Defensor Público de Entrância Final, Matrícula n.º. 301.026-1-4, para atuar na Casa de Privação Provisória Agente Penitenciário Luciano Andrade de Lima, nos dias 09, 16, 23 e 30 de janeiro de 2017, na Comarca de Itaitinga/CE.

Art. 2º Para designação acima mencionada serão concedidas 01 (uma) diária e 04 (quatro) ajudas de custo.

Art. 3º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 09 de janeiro de 2017

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública Geral  
DPGE-CE

#### **PORTARIA Nº 234/2017**

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.  
(REF. VIPROC Nº 17009494-4)

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar n.º. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual n.º. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar Estadual n.º 171, de 29 de dezembro de 2016;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

Art. 1º Designar Maria Regina de Pontes Araújo, Defensora Pública de 2º Grau, Matrícula n.º. 083.484-1-3, para atuar na Instituto Psiquiátrico Stênio Gomes, nos dias 10, 17, 24 e 31 de janeiro de 2017, na Comarca de Itaitinga/CE.

Art. 2º Para a designação acima mencionada serão concedidas 01 (uma) diária.

Art. 3º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 09 de janeiro de 2017

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública Geral  
DPGE-CE

**PORTARIA Nº 235/2017**

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.  
(REF. VIPROC Nº 17009392-1)

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 171, de 29 de dezembro de 2016;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

Art. 1º Designar Humberto Heitor Ribeiro, Defensor Público de 2º Grau, Matrícula nº. 003.015-1-5, para atuar no Instituto Penal Professor Olavo Oliveira II, nos dias 09, 16, 23 e 30 de janeiro de 2017, na Comarca de Itaitinga/CE.

Art. 2º Para a designação acima mencionada serão concedidas 04 (quatro) ajudas de custo.

Art. 3º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 09 de janeiro de 2017

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública Geral  
DPGE-CE

**PORTARIA Nº 237/2017**

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.  
(REF. VIPROC Nº 17009324-7)

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 171, de 29 de dezembro de 2016;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

Art. 1º Designar José Roberto da Rocha, Defensor Público de Entrância Final, Matrícula nº. 301.216-1-9, para atuar na Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Elias Alves da Silva, nos dias 19, 24 e 31 de janeiro de 2017, na Comarca de Itaitinga/CE.

Art. 2º Para designação acima mencionada serão concedidas 03 (três) ajudas de custo.

Art. 3º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 09 de janeiro de 2017

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública Geral  
DPGE-CE

**PORTARIA Nº 238/2017**

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.  
(REF. VIPROC Nº 17009445-6)

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 171, de 29 de dezembro de 2016;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

Art. 1º Designar Delano Benevides de Medeiros Filho, Defensor Público de Entrância Final, Matrícula nº. 301.164-1-0, para

atuar na Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Jucá Neto, nos dias 12, 19 e 26 de janeiro de 2017, na Comarca de Itaitinga/CE.

Art. 2º Para designação acima mencionada serão concedidas 01 (uma) diária e 03 (três) ajudas de custo.

Art. 3º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 09 de janeiro de 2017

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública Geral  
DPGE-CE

#### **PORTARIA Nº 239/2017**

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.  
(REF. VIPROC Nº 17009516-9)

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 171, de 29 de dezembro de 2016;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

Art. 1º Designar Dóris Rachel da Silva Julião, Defensora Pública de Entrância Final, Matrícula nº. 301.173-1-x, para atuar na Unidade Prisional Desembargador Adalberto de Oliveira Barros Leal, nos dias 13, 17, 24 e 30 de janeiro de 2017, na Comarca de Caucaia/CE.

Art. 2º Para a designação acima mencionada serão concedidas 04 (quatro) ajudas de custo.

Art. 3º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 09 de janeiro de 2017

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública Geral  
DPGE-CE

#### **PORTARIA Nº 240/2017**

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.  
(REF. VIPROC Nº 17009157-0)

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 171, de 29 de dezembro de 2016;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

Art. 1º Designar Maria Noêmia Pereira Landim, Defensora Pública de Entrância Final, Matrícula nº. 301.011-1-1, para atuar na Casa de Privação Provisória de Liberdade Agente Elias Alves da Silva, nos dias 10, 17, 24 e 31 de janeiro de 2017, na Comarca de Itaitinga/CE.

Art. 2º Para designação acima mencionada serão concedidas 01 (uma) diária e 04 (quatro) ajudas de custo.

Art. 3º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 09 de janeiro de 2017

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública Geral  
DPGE-CE

#### **PORTARIA Nº 241/2017**

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.  
(REF. VIPROC Nº 17008990-8)

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 171, de 29 de dezembro de 2016;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

Art. 1º Designar Aline Solano Feitosa de Carvalho, Defensora Pública de Entrância Final, Matrícula nº. 301.075-1-9, para atuar na Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto II, nos dias 10, 17, 23 e 30 de janeiro de 2017, na Comarca de Itaitinga/CE.

Art. 2º Para a designação acima mencionada serão concedidas 01 (uma) diária e 04 (quatro) ajudas de custo.

Art. 3º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 09 de janeiro de 2017

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública Geral  
DPGE-CE

#### **PORTARIA Nº 242/2017**

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.  
(REF. VIPROC Nº 17009250-0)

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 171, de 29 de dezembro de 2016;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

Art. 1º Designar Célia Damasceno Farias, Defensora Pública de Entrância Final, Matrícula nº. 301.083-1-0, para atuar na Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor José Jucá Neto, nos dias 10, 17, 24 e 31 de janeiro de 2017 na Comarca de Itaitinga/CE.

Art. 2º Para a designação acima mencionada serão concedidas 01 (uma) diária e 04 (quatro) ajudas de custo.

Art. 3º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 09 de janeiro de 2017

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública Geral  
DPGE-CE

#### **PORTARIA Nº 243/2017**

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.  
(REF. VIPROC Nº 17009344-1)

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 171, de 29 de dezembro de 2016;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

Art. 1º Designar Raimundo Derval Costa Filho, Defensor Público de Entrância Intermediária, Matrícula nº. 301.163-1-3, para atuar na Unidade Prisional Desembargador Francisco Adalberto de Oliveira Barros Leal, nos dias 12, 19 e 26 de janeiro de 2017, na Comarca de Caucaia/CE.

Art. 2º Para designação acima mencionada serão concedidas 01 (uma) diária e 03 (três) ajudas de custo.

Art. 3º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 09 de janeiro de 2017

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública Geral  
DPGE-CE

**PORTARIA Nº 244/2017**

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.  
(REF. VIPROC Nº 17009077-9)

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 171, de 29 de dezembro de 2016;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

Art. 1º Designar Delano Cândia Brandão, Defensor Público de Entrância Final, Matrícula nº. 301.077-1-3, para atuar no Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa, nos dias 10, 17, 24 e 31 de janeiro de 2017, na Comarca de Itaitinga/CE.

Art. 2º Para a designação acima mencionada serão concedidas 01 (uma) diária e 04 (quatro) ajudas de custo.

Art. 3º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 09 de janeiro de 2017

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública Geral  
DPGE-CE

**PORTARIA Nº 245/2017**

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.  
(REF. VIPROC Nº 17009105-8)

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 171, de 29 de dezembro de 2016;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

Art. 1º Designar Júlio César Barroso Sobreira, Defensor Público de Entrância Final, Matrícula nº. 301.126-1-x, para atuar na Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto II, na Comarca de Itaitinga e Instituto Penal Francisco Hélio Viana de Araújo, na Comarca de Pacatuba, nos dias 09, 16, 23 e 30 de janeiro de 2017.

Art. 2º Para a designação acima mencionada serão concedidas 01 (uma) diária e 04 (quatro) ajudas de custo.

Art. 3º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 09 de janeiro de 2017

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública Geral  
DPGE-CE

**PORTARIA Nº 246/2017**

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.  
(REF. VIPROC Nº 17009220-8)

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 171, de 29 de dezembro de 2016;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.



Art. 1º Designar Marta Maria Gadelha Monteiro, Defensora Pública de Entrância Final, Matrícula nº. 301.108-1-1, para atuar no Centro de Execução Penal e Integração Social - CEPIS, nos dias 10, 17, 24 e 31 de janeiro de 2017, na Comarca de Aquiraz/CE.

Art. 2º Para a designação acima mencionada serão concedidas 01 (uma) diária e 04 (quatro) ajudas de custo.

Art. 3º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 09 de janeiro de 2017

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública Geral  
DPGE-CE

#### **PORTARIA Nº 247/2017**

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.  
(REF. VIPROC Nº 17025366-0)

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no art. 66-B, § 2º, da Lei Complementar Estadual nº 171, de 29 de dezembro de 2016;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

Art. 1º Designar Aline Lima de Paula Miranda, Defensora Pública de Entrância Final, Matrícula nº. 301.049-1-9, para atuar na CPPL IV na Comarca de Itaitinga/CE, Unidade Prisional Irmã Imelda Lima Pontes e CEPIS na Comarca de Aquiraz/CE, nos dias 17, 19, 24 e 26 de janeiro de 2017.

Art. 2º Para a designação acima mencionada serão concedidas 04 (quatro) ajudas de custo.

Art. 3º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 09 de janeiro de 2017

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública Geral  
DPGE-CE

#### **PORTARIA Nº 280/2017**

AUTORIZA O(A) DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o art. 98, inciso XIV da Lei Complementar nº 06 de 28 de abril de 1997;

Considerando o interesse público e a importância institucional de participação de Membro da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará no evento nominado.

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o afastamento das atividades no órgão de atuação defensorial de Roberta Madeira Quaranta, Defensora Pública de Entrância Final, Matrícula 301.032-1-1, para participar da Reunião da Comissão Especializada de Escolas Superiores e Centro de Estudos das Defensorias Públicas - CONDEGE, que ocorrerá no dia 10 de fevereiro de 2017, na Cidade de Brasília/DF.

Art. 2º Para a autorização acima mencionada serão concedidas ½ (meia) diária e 01 (uma) ajuda de custo.

Art. 3º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 08 de fevereiro de 2017

Mariana Lobo B. De Albuquerque  
Defensora Pública Geral  
DPGE-CE

#### **PORTARIA Nº 282/2017**

AUTORIZA O(A) DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o art. 98, inciso XIV da Lei Complementar nº 06 de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no art. 4º, inciso I, da Resolução nº 44, de 12 fevereiro de 2010;

Considerando o interesse público e a importância institucional de participação de Membro da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará no evento nominado.

#### RESOLVE

Art. 1º Autorizar o afastamento das atividades no órgão de atuação defensorial de Daniel Monteiro Mendes, Defensor Público de Entrância Final, Matrícula 301.113-1-1, para participar da Reunião da Comissão Especial para Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher - CONDEGE, que ocorrerá no dia 10 de fevereiro de 2017, na Cidade de Curitiba/PR.

Art. 2º Para a autorização acima mencionada serão concedidas 01 (uma) diária e ½ (meia) e 01 (uma) ajuda de custo.

Art. 3º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura.

Fortaleza, 08 de fevereiro de 2017

Mariana Lobo B. De Albuquerque  
Defensora Pública Geral  
DPGE-CE

#### PORTARIA Nº 375/2017

AUTORIZA O AFASTAMENTO DO DEFENSOR(A) PÚBLICO(A), NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 32, inciso VI, alínea "a", da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no art. 8º, inciso XVIII, da Resolução nº. 72, de 18 de janeiro de 2013;

Considerando o interesse público e a importância institucional de participação de Membro da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará no evento nominado.

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear os Defensores Públicos, SÂMIA COSTA FARIAS MAIA, de Entrância Final, Matrícula nº301.180-1-4, e NATALI MASSILON PONTES, de Entrância Final, Matrícula nº 301.035-1-3, para compor a Comissão Interinstitucional Permanente para o Processo Eletrônico na Justiça do Estado do Ceará - COINT, coordenada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

Art. 2º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Fortaleza, 13 de fevereiro de 2017.

Mariana Lobo B. De Albuquerque  
Defensora Pública Geral  
DPGE-CE

#### ATO/CORGER/DPGE-CE Nº 001/2017, de 08/02/2017.

A CORREGEDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO, no uso das atribuições legais, que lhe conferem o art. 105, incs. I e IX, da Lei Complementar Federal nº 80/1994, com as alterações da Lei Complementar nº 132/2009, os arts. 108, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, o art. 6º da Resolução nº 43/2010-CONSUP e arts. 12 e 14, inc. I, da Resolução nº 72/2013-CONSUP, COMUNICA para os devidos fins, aos Defensores Públicos, Autoridades Judiciárias, Membros do Ministério Público, público em geral e demais interessados, as datas e Defensorias Públicas onde deverão ser realizadas as CORREIÇÕES ORDINÁRIAS durante o ano de 2017, conforme cronograma anexo.

	PERÍODO	DEFENSORIA PÚBLICA/COMARCA
	06/03/2017	7ª Defensoria de Família - FORTALEZA
	07/03/2017	2ª Defensoria Cível - FORTALEZA
	08/03/2017	11ª Defensoria Criminal - FORTALEZA
	09/03/2017	Núcleo de Atendimento aos Jovens e Adolescentes em Conflito com a Lei (NUAJA) e Projeto Justiça Já - FORTALEZA

13 e 14/03/2017	Comarca de CRATO
15 e 16/03/2017	Comarca de BARBALHA
03/04/2017	1ª Defensoria do Juízo Militar - FORTALEZA
04 e 05/04/2017	Núcleo da Defensoria Pública Especializado em Execução Penal (NUDEP) - FORTALEZA
06/04/2017	16ª Defensoria de Família - FORTALEZA
10 e 11/04/2017	Comarca de TAUÁ
24 e 25/04/2017	Comarca de MARACANAÚ
26/04/2017	12ª Defensoria Cível - FORTALEZA
27/04/2017	10ª Defensoria Criminal - FORTALEZA
08/05/2017	1ª Defensoria da Infância e Juventude - FORTALEZA
09/05/2017	3ª Defensoria da Fazenda Pública - FORTALEZA
10/05/2017	3ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais - FORTALEZA
11/05/2017	16ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais - FORTALEZA
15 a 18/05/2017	Comarca de SOBRAL
29/05/2017	9ª Defensoria de Família - FORTALEZA
30/05/2017	14ª Defensoria Cível - FORTALEZA
31/05/2017	6ª Defensoria Criminal - FORTALEZA
05/06/2017	2ª Defensoria de Orientação e Assistência Jurídica do(a) Acusado(a) - FORTALEZA
06/06/2017	13ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais - FORTALEZA
07/06/2017	8ª Defensoria Cível de 2º Grau - FORTALEZA
08/06/2017	1ª Defensoria do Júri - FORTALEZA
19/06/2017	3ª Defensoria de Execuções Criminais - FORTALEZA
20/06/2017	2ª Defensoria de Sucessões - FORTALEZA
21/06/2017	3ª Defensoria Criminal de 2º Grau - FORTALEZA
22/06/2017	Núcleo de Habitação e Moradia (NUHAM) - FORTALEZA
26/06/2017	Núcleo Descentralizado do Tancredo Neves - FORTALEZA
27/06/2017	9ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais - FORTALEZA
28/06/2017	6ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais - FORTALEZA
29/06/2017	1ª Defensoria das Turmas Recursais dos Juizados Cíveis e Criminais - FORTALEZA
07 e 08/08/2017	10ª Defensoria Auxiliar de Entrância Intermediária - 15ª Macrorregião Defensorial – Região do Vale do Jaguaribe
09 e 10/08/2017	Comarca de MORADA NOVA
21/08/2017	Comarca de BATURITÉ
22/08/2017	Comarca de CASCAVEL
23 e 24/08/2017	Comarca de IGUATU
11/09/2017	4ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial (NAPI) - FORTALEZA

12/09/2017	6ª Defensoria do Núcleo de Atendimento e Petição Inicial (NAPI) - FORTALEZA
13/09/2017	15ª Defensoria de Família - FORTALEZA
14/09/2017	4ª Defensoria de Curadoria Especial - FORTALEZA
18/09/2017	20ª Defensoria Cível de 2º Grau - FORTALEZA
19/09/2017	9ª Defensoria Criminal de 2º Grau - FORTALEZA
20/09/2017	1ª Defensoria de Registro Público - FORTALEZA
21/09/2017	2ª Defensoria de Delitos Sobre Tráfico e Uso de Substâncias Entorpecentes - FORTALEZA
02/10/2017	1ª Defensoria de Execução Fiscal e Crimes Contra a Ordem Tributária - FORTALEZA
03/10/2017	2ª Defensoria do Núcleo de Solução Extrajudicial de Conflitos (NUSOL) - FORTALEZA
04/10/2017	1ª Defensoria do Núcleo de Resposta do Réu (NURDP) - FORTALEZA
05/10/2017	2ª Defensoria do Núcleo de Defesa da Saúde (NUDESA) - FORTALEZA
16/10/2017	2ª Defensoria do Núcleo de Defesa do Consumidor (NUDECON) - FORTALEZA
17/10/2017	1ª Defensoria do Núcleo do Idoso - FORTALEZA
18/10/2017	4ª Defensoria Auxiliar de Entrância Final - FORTALEZA
19/10/2017	20ª Defensoria dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais - FORTALEZA

Fortaleza-CE, 08 de fevereiro de 2017.

Luís Fernando de Castro da Paz  
Corregedor-Geral

**EDITAL Nº 31/2017**  
**DESIGNAÇÃO PARA ATUAÇÃO NA 1ª DEFENSORIA DE GRANJA**

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições e na forma do que preconiza o art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, torna público, para ciência dos interessados, que está sendo destinado para atuação extraordinária na 1ª Defensoria de Granja, a ser provido por DESIGNAÇÃO, conforme regras a seguir estabelecidas e ainda:

CONSIDERANDO que atualmente não há Defensor Público lotado na 1ª Defensoria de Granja, estando vago o referido cargo;

CONSIDERANDO a elevada quantidade de assistidos da Defensoria Pública naquela comarca que necessitam da continuidade da prestação do serviço de assistência jurídica por membros desta Instituição;

CONSIDERANDO a necessidade de possibilitar aos membros da carreira igualdade de condições em participarem do presente processo de designação em que existe urgência no provimento da vaga;

RESOLVE:

Art. 1º Oferecer 01 (uma) vaga para atuação na 1ª Defensoria de Granja.

§ 1º O Defensor Público deverá atuar 01 (uma) vez por semana no órgão defensorial acima indicado, conforme cronograma a ser estabelecido pela Coordenadoria das Defensorias do Interior – CDI, devendo realizar quaisquer atos inerentes aos serviços da Defensoria Pública, tais como atendimentos, confecção de petições, participação em audiências e sessões do Tribunal do Júri, observadas as prerrogativas inerentes aos atos.

§ 2º A designação a que se refere o presente artigo ocorrerá pelo período de 03 (três) meses a partir de 01 de março de 2017, podendo tal prazo ser renovado por igual ou menor período.

Art. 2º O órgão de atuação será preenchido conforme o critério antiguidade.

§ 1º Poderão concorrer nessa designação os Defensores Públicos em efetivo exercício, tendo prioridade aqueles que não tenham participado de outras atividades extraordinárias da Defensoria Pública Geral nos últimos 06 (seis) meses ou que não estejam exercendo cargo em comissão.

§ 2º Não poderão participar desta designação aqueles Defensores Públicos que estejam participando de outras atividades extraordinárias da Defensoria Pública Geral.

§ 3º São consideradas atividades extraordinárias a atuação/auxílio, estabelecida por portaria específica, em órgão defensorial diferente da designação ordinária de cada Defensor Público interessado.

§ 4º Os demais Defensores Públicos inscritos formarão lista de suplentes, que deverão ser designados com a observância dos critérios estabelecidos neste edital.

Art. 3º Será expedida, pelo Gabinete da Defensoria Pública Geral, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 06, de 28/04/97, publicada no D.O.E. de 02/05/97, portaria específica para atuação na referida atividade jurídica, com prejuízo das funções ordinárias dos Defensores Públicos no dia em que estiverem designados para atuar no supracitado órgão defensorial.

Art. 4º Os Defensores Públicos interessados deverão se inscrever através do e-mail [cdi@defensoria.ce.def.br](mailto:cdi@defensoria.ce.def.br), até o dia 20 (vinte) de fevereiro de 2017.

Art. 5º A divulgação do Defensor Público selecionado será efetuada através do site da DPGE, no dia 21 (vinte e um) de fevereiro de 2017.

Art. 6º A solicitação de diária e de ajuda de custo caberá à Coordenadoria das Defensorias do Interior – CDI após o Defensor Público comunicar as datas que realizará a atividade extraordinária objeto deste edital.

Parágrafo único. Durante o mês, caso o Defensor Público atue extraordinariamente em data diversa ou não possa comparecer em data(s) especificada(s) em seu pedido, deverá comunicar a Coordenadoria das Defensorias do Interior, através do correio eletrônico [cdi@defensoria.ce.def.br](mailto:cdi@defensoria.ce.def.br).

Art. 7º As atividades realizadas durante a atuação extraordinária descrita neste edital deverão ser cadastradas no Sistema Informatizado de Relatórios da Defensoria Pública – SIRDP, no prazo estabelecido no art. 2º da Resolução n. 55/2011.

Art. 8º Caso seja lotado de maneira efetiva Defensor Público no órgão de atuação objeto deste edital, a portaria de designação extraordinária perderá seus efeitos automaticamente.

Art. 9º Os casos omissos serão decididos pela Defensora Pública-Geral do Estado.

GABINETE DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, aos 09 de fevereiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado

**EDITAL Nº 32/2017**  
**DESIGNAÇÃO PARA ATUAÇÃO NA 1ª DEFENSORIA DE IBICUITINGA**

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições e na forma do que preconiza o art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, torna público, para ciência dos interessados, que está sendo destinado para atuação extraordinária no órgão de atuação da 1ª Defensoria de Ibicuitinga, a ser provido por DESIGNAÇÃO, conforme regras a seguir estabelecidas e ainda:

CONSIDERANDO que atualmente o órgão de atuação da 1ª Defensoria de Ibicuitinga está vago;

CONSIDERANDO a elevada quantidade de assistidos da Defensoria Pública naquela comarca que necessitam da continuidade da prestação do serviço de assistência jurídica por membros desta Instituição;

CONSIDERANDO a necessidade de possibilitar aos membros da carreira igualdade de condições em participarem do presente processo de designação em que existe urgência no provimento da vaga;

RESOLVE:

Art. 1º Oferecer 01 (uma) vaga para atuação na 1ª Defensoria de Ibicuitinga.

§ 1º O Defensor Público deverá atuar 01(uma) vez por semana no órgão defensorial acima indicado, conforme cronograma a ser estabelecido pela Coordenadoria das Defensorias do Interior – CDI, devendo realizar quaisquer atos inerentes aos serviços da Defensoria Pública, tais como atendimentos, confecção de petições, participação em audiências e sessões do Tribunal do Júri, observadas as prerrogativas inerentes aos atos.

§ 2º A designação a que se refere o presente artigo ocorrerá pelo período de 03 (três) meses a partir de 01 de março de 2017, podendo tal prazo ser renovado por igual ou menor período.

Art. 2º O órgão de atuação será preenchido conforme o critério antiguidade.

§ 1º Poderão concorrer nessa designação os Defensores Públicos em efetivo exercício, tendo prioridade aqueles que não tenham participado de outras atividades extraordinárias da Defensoria Pública Geral nos últimos 06 (seis) meses ou que não estejam exercendo cargo em comissão.

§ 2º Não poderão participar desta designação aqueles Defensores Públicos que estejam participando de outras atividades extraordinárias da Defensoria Pública Geral.

§ 3º São consideradas atividades extraordinárias a atuação/auxílio, estabelecida por portaria específica, em órgão defensorial diferente da designação ordinária de cada Defensor Público interessado.

§ 4º Os demais Defensores Públicos inscritos formarão lista de suplentes, que deverão ser designados com a observância dos critérios estabelecidos neste edital.

Art. 3º Será expedida, pelo Gabinete da Defensoria Pública Geral, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 06, de 28/04/97, publicada no D.O.E. de 02/05/97, portaria específica para atuação na referida atividade jurídica, com prejuízo das funções ordinárias dos Defensores Públicos no dia em que estiverem designados para atuar no supracitado órgão defensorial.

Art. 4º Os Defensores Públicos interessados deverão se inscrever através do e-mail [cdi@defensoria.ce.def.br](mailto:cdi@defensoria.ce.def.br), até o dia 20 (vinte) de fevereiro de 2017.

Art. 5º A divulgação do Defensor Público selecionado será efetuada através do site da DPGE, no dia 21 (vinte e um) de fevereiro de 2017.

Art. 6º A solicitação de diária e de ajuda de custo caberá à Coordenadoria das Defensorias do Interior – CDI após o Defensor Público comunicar as datas que realizará a atividade extraordinária objeto deste edital.

Parágrafo único. Durante o mês, caso o Defensor Público atue extraordinariamente em data diversa ou não possa comparecer em data(s) especificada(s) em seu pedido, deverá comunicar a Coordenadoria das Defensorias do Interior, através do correio eletrônico [cdi@defensoria.ce.def.br](mailto:cdi@defensoria.ce.def.br).

Art. 7º As atividades realizadas durante a atuação extraordinária descrita neste edital deverão ser cadastradas no Sistema Informatizado de Relatórios da Defensoria Pública – SIRDP, no prazo estabelecido no art. 2º da Resolução n. 55/2011.

Art. 8º Caso seja lotado de maneira efetiva Defensor Público no órgão de atuação objeto deste edital, a portaria de designação extraordinária perderá seus efeitos automaticamente.

Art. 9º Os casos omissos serão decididos pela Defensora Pública-Geral do Estado.

GABINETE DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, aos 09 de fevereiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado

#### **EXTRATO DE ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 09/2013**

I – ESPÉCIE: Primeiro Aditivo ao CONVÊNIO Nº 09/2013, que entre si celebram a DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO e a Faculdade Vale do Jaguaribe - FVJ;

II - OBJETO: fica, desde logo, prorrogado o prazo de que trata a CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA do convênio original, ante a manifestação volitiva de dar continuidade aos objetivos pactuados pelas partes convenientes, prorrogando por quatro anos os termos e a vigência do Convênio ora aditado, a contar do seu termo final, estendendo os seus efeitos a 28 de fevereiro de 2021, quando, através de termo aditivo, poderá ser novamente prorrogado, desde que haja manifesto interesse

III - DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Instrumento de convênio original

IV – DATA DA ASSINATURA: Fortaleza, 13 de fevereiro de 2017

V – SIGNATÁRIOS: Mariana Lobo Botelho de Albuquerque, pela Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, e José Deroci Aguiar e Silva, Diretor Administrativo Financeiro da Faculdade de Vale do Jaguaribe - FVJ.

Petrus Henrique Gonçalves Freire  
Assessor Jurídico

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos I e VII do Art. 148-A da Constituição do Estado do Ceará, alterado pela Emenda Constitucional nº 80, de 10 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial do Estado de 16 de abril de 2014, Art. 100 da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994 e em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 06 de 28 de abril de 1997, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 117, de 27 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial do Estado em 28 de dezembro de 2012, RESOLVE NOMEAR os Defensores Públicos integrantes do Anexo Único deste Ato, para exercerem as funções dos Cargos de Direção e Assessoramento de provimento em comissão, integrantes da Estrutura organizacional da DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, a partir de 06 de fevereiro de 2017.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 09 de fevereiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

**ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O ATO DATADO DE 09 DE FEVEREIRO DE 2017**

NOME	MAT.	LOTAÇÃO	CARGO	SÍMB.
SANDRA MOURA DE SÁ	301027-1-1	Núcleo da Defensoria Pública na Capital X	Supervisor de Núcleo	DAS-1
DANIEL LEÃO HITZSCHKY MADEIRA	301186-1-8	Núcleo da Defensoria Pública na Capital XV	Supervisor de Núcleo	DAS-1

**PORTARIA Nº 167/2017**

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA REALIZAÇÃO DE ATO ESPECÍFICO.

O COORDENADOR DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL E INTERIOR, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no art. 1º, da Portaria 209/2013, de 25.01.2013, que delegou competência aos Coordenadores das Defensorias da Capital e do Interior para designar provisoriamente Defensores Públicos para exercerem atividades em órgãos de atuação nos casos de substituição ou auxílio em outros órgãos de atuação pelo prazo máximo de 30(trinta) dias.

Considerando o Edital nº 06/2016, de 21 de julho de 2016, Grupo de Trabalho da área da Saúde, conforme Portaria nº 1266/2016.

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar os Defensores relacionados no Anexo Único desta portaria, que atuam no Grupo de Trabalho criado pelo Edital GT- Nº 06/2016, na área da saúde, para sem prejuízo de suas atribuições, atuarem conjuntamente na inspeção a ser realizada no dia 10.02.2017, em estabelecimentos hospitalares na comarca de Juazeiro do Norte.

Art. 2º Para cumprimento da designação acima, não serão concedidas diárias e ajudas de custo.

Art. 3º De acordo com o Art. 1º, § 2º, da resolução nº. 118 do CONSUP, tem compensação de 01(um) dia para cada atividade de natureza extraordinária realizada, sem cumulação com verba indenizatória.

Art. 4º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 06 de fevereiro de 2017

Ricardo César Pires Batista  
Coordenador das Defensorias do Interior

**ANEXO ÚNICO DA PORTARIA 167/2017**

DEFENSOR PÚBLICO	MATRÍCULA
RAMYLLE MARIA DE ALMEIDA HOLANDA	301.066-1-9
RUBENA FLÁVIA MOURA LEITE FECHINE	301.221-1-9
CÉLIO PEREIRA DA COSTA	301.196-1-4

**PORTARIA Nº 168/2017**

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA REALIZAÇÃO DE ATO ESPECÍFICO.

O COORDENADOR DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL E INTERIOR, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o disposto no art. 1º, da Portaria 209/2013, de 25.01.2013, que delegou competência aos Coordenadores das Defensorias da Capital e do Interior para designar provisoriamente Defensores Públicos para exercerem atividades em órgãos de atuação nos casos de substituição ou auxílio em outros órgãos de atuação pelo prazo máximo de 30(trinta) dias.

Considerando o Edital nº 06/2016, de 21 de julho de 2016, Grupo de Trabalho da área da Saúde, conforme Portaria nº

1266/2016.

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar os Defensores relacionados no Anexo Único desta portaria, que atuam no Grupo de Trabalho criado pelo Edital GT- Nº 06/2016 , na área da saúde, para com prejuízo de suas atribuições, atuarem conjuntamente na inspeção a ser realizada no dia 10.02.2017, em estabelecimentos hospitalares na comarca de Juazeiro do Norte.

Art. 2º Para cumprimento da designação acima, não serão concedidas diárias e ajudas de custo.

Art. 4º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura

Fortaleza, 06 de fevereiro de 2017

Ricardo César Pires Batista  
Coordenador das Defensorias do Interior

#### **ANEXO ÚNICO DA PORTARIA 168/2017**

DEFENSOR PÚBLICO	MATRÍCULA
HEITOR ESTRELA GADELHA	301.229-1-7
RAFAEL VILAR SAMPAIO	301.236-1-1

#### **PORTARIA Nº 177/2017**

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

O SUBDEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais.

RESOLVE

Art. 1º Designar PAULO CÉSAR OLIVEIRA DO CARMO, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, para atuar na 1ª e 3ª Defensorias da Comarca de Iguatu-CE.

Art. 2o. A designação para atuar na 3a Defensoria de Iguatu fica restrita aos processos ajuizados pela Defensoria Pública naquela Comarca e distribuídos à 3a Vara da Comarca de Iguatu, atuando os Defensores Públicos lá lotados de acordo com disposição administrativa decidida pelos mesmos e devidamente comunicada à Coordenadoria das Defensorias do Interior, até ulterior deliberação.

Art. 3º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 07 de fevereiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado

#### **PORTARIA Nº 178/2017**

DESIGNA DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) PARA ÓRGÃO DE ATUAÇÃO, NO CASO QUE ESPECIFICA.

A DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no art. 100, da Lei Complementar nº. 80, de 12 de janeiro de 1994 e o disposto no art. 10, § 3º e art. 36, § 2º e 3º, da Lei Complementar Estadual nº. 06, de 28 de abril de 1997;

Considerando o interesse público de organização do serviço e desempenho das funções defensoriais, assim como a EC n. 80/2014, que ao dar nova redação ao art. 98 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, previu expressamente que a lotação dos defensores públicos ocorrerá, prioritariamente, atendendo as regiões com maiores índices de adensamento populacional;.

RESOLVE



Art. 1º Designar EDUARDA PAZ E SOUZA, Defensor(a) Público(a) de Entrância Inicial, para atuar na 2ª e 3ª Defensorias da Comarca de Iguatu-CE.

Art. 2o. A designação para atuar na 3a Defensoria de Iguatu fica restrita aos processos ajuizados pela Defensoria Pública naquela Comarca e distribuídos à 3a Vara da Comarca de Iguatu, atuando os Defensores Públicos lá lotados de acordo com disposição administrativa decidida pelos mesmos e devidamente comunicada à Coordenadoria das Defensorias do Interior, até ulterior deliberação.

Art. 3º O presente ato normativo entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Fortaleza, 07 de fevereiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública-Geral do Estado

#### PORTARIA Nº 275 / 2017

A DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 42, da Lei Complementar Estadual nº 06, de 28 de abril de 1997 e da Resolução nº 61/2012,

#### RESOLVE

Classificar, na Entrância Final, as vagas abaixo relacionadas, tendo em vista que a última classificação na referida entrância ocorreu devido a promoção do Defensor Público Bruno Fiori Palhano Melo, relativo à 12ª Defensoria dos Juizados Especiais, pelo critério de MERECIMENTO.

COMARCA	CRITÉRIO
2ª DEFENSORIA DO JÚRI	ANTIGUIDADE
5ª DEFENSORIA DO JÚRI	MERECIMENTO
1ª DEFENSORIA CRIMINAL DE MARACANAÚ	ANTIGUIDADE

Fortaleza, 09 de fevereiro de 2017.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque  
Defensora Pública Geral  
DPGE-CE

## ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECÇÃO DO CEARÁ

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA  
EDITAL SESSÃO ESPECIAL 1ª/2017

O Presidente do TED-OAB/CE científica e intima os interessados (**para fins do disposto no art. 70, parágrafo 3º, da Lei n.º 8.906/94, e art. 54 db CED**) de que realizará sessão plenária especial no dia **08.03.2017**, com início às **14hs** quando será julgado o seguinte processo:1) 6882/2016 Rpdo: J.A.O.-OAB/CE.3956, sua procuradora: Leuny Paula Carneiro Remigio OAB/CE10610. Relator: Irapuan Diniz de Aguiar. Fica(m) notificado(s) e intimado(s) o(s) inscrito(s) acima e cientificado o Conselheiro do TED-OAB/CE. Fortaleza, 16 de fevereiro de 2017.

**José Damasceno Sampaio**  
**Presidente do TED-OAB/CE**

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA  
PAUTA DE JULGAMENTO  
EDITAL SESSÃO ORDINÁRIA Nº 2º/2017

O Presidente do TED/OAB-CE científica e notifica o\*advogado e demais abaixo relacionado (CED, art 53, parágrafos 2 e 3) de que a partir da sessão plenária ordinária do dia 08.03.2017, com início às 14h30min, serão julgados os seguintes processos: 13314/2016, Rpdo: F.A.B.F. OAB/CE. 10575,Relator: José Adriano Pinto. 11672/2016, Rpdo: A.A.R. OAB/CE. 12300,/20516/2016 Rpte: Antonia Ecilia Barbosa Alves OAB/PA 5765 Rpdo: P.F.N.L. OAB/CE.15894./11913 Rpte: Yrla Frota Loureiro OAB/CE. 13307 Rpdo: J.I.G.N. OAB/CE. 3178./14247/2014 Rpdos: B.M.D. OAB/CE. 21695/ N.N.L. OAB/CE. 22067./ 671/2010 Rpdo. J.V.C. OAB/CE. 10901 ,/516/2010 Rpdo: M.O.A. OAB/CE. 19583,/7216/2008 Rpdo: F.R.R.L. OAB/CE.17528 Relatoria: Adriano Josino da Costa.10314/2016Rpdo:L.M.S.OAB/CE. 329,/9595/2015,/9596/2015,/9597/2015 Rpdo F.H.M.S. OAB/CE 6347./15682/2013 Rpdo: D.M.A.P. OAB/CE. 11463/2463/2013 Rpdo: J.G.B. OAB/CE. 3053/5959/2010 Rpcfco: J.Q.P. OAB/CE.11879/5832/2010Rpdo:S.L.A.B. AB/CE.13018/6342/2008/15428/2015 Rpdos: A.A.S. OAB/CE 16199-O.S.R.F. OAB/CE. 21600, Relatoria: Antonio Eduardo de Lima Machado Ferri. 5100/2016 Rpdo: J.R.L. OAB/CE. 3418, Relator: Raimundo Farias Martins Amorim.13011/2010 Rpdo: H.A.B. OAB/DF. 21248/12624/2010 Rpdo: F.A.H.P. OAB/CE. 7838, Relatoria: Manuel